



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 17349851/2021-SOAR/CAOP/DIREX/PF

Processo nº 08211.000172/2021-42

**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO ESPECIALIZADO
EM AÇÕES DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL**

(Artigo. 25, inciso II, c/c artigo 13, inciso VI da Lei 8.666/93 – inexigibilidade de licitação)

OBJETO

Contratação de Profissionais Técnicos Especializados em Ações de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal eventual para prestação de serviços educacionais, na modalidade presencial, para ministrar aulas como professor no Curso Teórico de Adaptação Aeronave Cessna Caravan (C208B) na disciplina TEORIA DOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DA AERONAVE CARAVAN (TSPC) sobre os seguintes temas: Sistema Grupo Moto-Propulsor e da Hélice, Sistema Estrutural de Luzes, Alarmes Sonoros e Avisos Luminosos, Sistema Elétrico, Sistema de Combustível, Sistema de Proteção Contra Chuva, Gelo, Desembaçamento, Ventilação e Vácuo, Sistema de Proteção Contra Fogo, Miscelaneos e Aviônicos, Sistema do Trem de Pouso, Freios e Controles de Voo e Visita Técnica à Aeronave instituído pela Academia Nacional de Polícia, conforme especificações contidas neste Projeto Básico.

Conforme previsto no inciso II do parágrafo 1º do Art. 3º da Instrução Normativa 35/2010 – DG/DPF, de 4 de agosto de 2010, considera-se PROFESSOR o servidor ativo ou aposentado do quadro de pessoal do DPF no exercício eventual do magistério, assim como a pessoa não pertencente ao quadro de pessoal do DPF, contratada para o exercício do magistério na ANP/DGP/DPF.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Academia Nacional de Polícia (ANP) é uma instituição organizada e mantida pela União, estruturada em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinada ao Ministro de Estado da justiça, e tem por finalidade executar, em todo o território nacional, as atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal e também as previstas na legislação complementar.

A Academia Nacional de Polícia - ANP - tem como atividade precípua formar e especializar profissionais de segurança pública para exercerem com excelência suas atribuições, além de formular e difundir a doutrina policial em defesa da sociedade.

Conforme Instrução Normativa 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, que define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do departamento de polícia federal e as atribuições de seus dirigentes, à Academia Nacional de Polícia compete:

Art. 119. À Academia Nacional de Polícia compete:

I - formar o pessoal selecionado por meio de cursos específicos;

II - promover ações de ensino, formação e especialização focadas no desenvolvimento de profissionais de segurança pública, por meio de cursos e eventos similares;

III - desenvolver atividades relativas às programações orçamentária e financeira, na sua área de atuação;

IV - elaborar planos, estudos e pesquisas, visando ao estabelecimento de doutrina orientadora em alto nível das atividades policiais do País;

V - promover a difusão de matéria doutrinária, legislação, jurisprudência e estudos sobre a evolução dos serviços e técnicas policiais;

VI - propor, articular e implementar intercâmbio de informações com as escolas de polícia do país e organizações congêneres estrangeiras, objetivando ao aperfeiçoamento e à especialização dos servidores policiais;

VII - elaborar estudos de viabilidade e propor contratos, convênios e instrumentos afins com órgãos e entidades congêneres, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, tendo em vista o assessoramento, o planejamento e a execução de atividades de ensino, treinamento e desenvolvimento profissional ou as que ofereçam produtos e serviços de interesse do DPF;

VIII - proceder ao recrutamento e à seleção de servidores para cursos de treinamento, especialização, aperfeiçoamento, estágios e outras atividades de ensino no País e no exterior;

IX - promover, por meio dos setores competentes, a investigação social dos candidatos de concursos públicos e o levantamento das habilitações e informações do estado disciplinar dos servidores inscritos em processo seletivo;

X - conferir diplomas ou certificados relativos às ações de ensino e atividades instituídas;

XI - conceder bolsas de estudo e prêmios no interesse de atividades desenvolvidas na área de segurança pública;

XII - prestar assessoramento técnico às unidades centrais e descentralizadas, no âmbito de suas competências, quando solicitado.

O art. 135 do mesmo normativo, estabelece que ao Setor de Formação Policial - SEFORM, compete:

Art. 135. Ao Setor de Formação Policial compete:

I - coordenar, promover e fiscalizar o ensino das disciplinas do ciclo profissionalizante nos diversos cursos de formação policial instituídos;

II - articular-se com as demais unidades subordinadas à DIDH/COEN/ANP/DGP, tendo em vista associar conteúdos programáticos interdisciplinares voltados à sua área de atuação;

III - colaborar com o SAVAL/COEN/ANP/DGP, fornecendo subsídios para a elaboração de planos instrucionais e de cursos sobre as disciplinas de formação policial;

IV - coordenar, controlar, revisar e fiscalizar a padronização e reprodução do material didático das disciplinas de formação policial;

V - promover estudos e pesquisas sobre as atividades-fim do DPF, objetivando atualizar, normalizar e, se necessário, elaborar manuais sobre os conteúdos programáticos na sua área de atuação;

VI - fornecer orientação didática e bibliográfica relacionada aos cursos de formação policial.

VII - sugerir a contratação de profissionais na área de docência e apoio às atividades do setor, instruindo o processo, após a autorização;

VIII - atualizar, manter e controlar os cadastros curriculares dos docentes, palestrantes e conferencistas das disciplinas de formação policial.

Cabe ainda destacar o previsto na IN 35/2010-DG/DPF, que disciplina o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso:

Art. 31. O exercício de qualquer atividade de ensino na ANP/DGP/DPF será antecedido de análise e seleção de curricular, onde serão observados a inexistência de restrições ou sanções disciplinares, a expertise, o comprometimento com o Serviço Público, a competência laboral, a afinidade à docência e o relacionamento interpessoal, dentre outros fatores.

Parágrafo único. Estas exigências serão dispensadas quando se tratar de Palestrante indicado pela Direção-Geral, Diretores, Corregedor-Geral e ou convidado pelo Diretor da ANP/DGP/DPF, pelo Coordenador de Ensino ou pelo Coordenador de Altos Estudos em Segurança Pública.

Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.

Assim, a presente contratação visa atender plenamente às atribuições do Setor de Formação e capacitação de servidores públicos, policiais e administrativos, quanto à contratação de profissionais técnicos especializados para ministrar aulas na disciplina TEORIA DOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DA AERONAVE CARAVAN (TSPC) sobre os seguintes temas de Sistema Grupo Moto-Propulsor e da Hélice, Sistema Estrutural de Luzes, Alarmes Sonoros e Avisos Luminosos, Sistema Elétrico, Sistema de Combustível, Sistema de Proteção Contra Chuva, Gelo, Desembaçamento, Ventilação e Vácuo, Sistema de Proteção Contra Fogo, Miscelaneos e Aviônicos, Sistema do Trem de Pouso, Freios e Controles de Voo e Visita Técnica à Aeronave.

ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Prestar serviços educacionais, na modalidade presencial, nas disciplinas abaixo, objetivando desenvolver nos alunos conhecimentos descritos a seguir:

1 - SISTEMA GRUPO MOTO-PROPULSOR E DA HÉLICE	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
Descrever o sistema grupo moto-propulsor e da hélice da aeronave assim como identificar os detalhes de funcionamento do mesmo.	<p>Componentes do motor: caixa de redução, exaustor, turbina, compressor, tomadas de ar.</p> <p>Princípios de operação do motor Pratt and Whitney PT6A-114A.</p> <p>Controles do motor: <i>Power Lever, Emergency Power Lever, Propeller Control Lever, Fuel Conduction Lever e Quadrant Friction Lever.</i></p> <p>Instrumentos do motor: Indicadores de torque, RPM, ITT e Ng % RPM. Pressão e temperatura do óleo do motor.</p>

2 - SISTEMA ESTRUTURAL, DE LUZES, ALARMES SONOROS E AVISOS LUMINOSOS	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
Descrever o sistema estrutural, de luzes, alarmes sonoros e avisos luminosos da aeronave assim como identificar os detalhes de funcionamento do mesmo.	<p>Estrutura da aeronave, fuselagem e asas, localização dos sistemas e suas interações.</p> <p>Painel de controle de luzes, iluminação externa, luzes de navegação, de pouso, de táxi, <i>strobe, flashing beacon</i>, luzes de cortesia, iluminação interna, luzes do painel de instrumentos, demais luzes da cabine.</p> <p>Alarmes de advertência, <i>dimming controls</i>, teste de luzes e avisos sonoros, reposição de lâmpadas do painel de advertência.</p>
3 - SISTEMA ELÉTRICO	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
Descrever o sistema elétrico da aeronave assim como identificar os detalhes de funcionamento do mesmo.	Generalidades, baterias, GCU, <i>Starter-generator, ground Power monitor, voltammeter, eletrical controls e standby eletrical system.</i>
4 - SISTEMA DE COMBUSTÍVEL	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
Descrever o sistema de combustível da aeronave assim como identificar os detalhes de funcionamento do mesmo.	<i>Firewall fuel shutoff valve</i> , seletoras de combustível, bomba auxiliar de combustível, indicadores e anunciadores, válvula de dreno e <i>fuel CAN/DRAIN</i> .
5 - SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA CHUVA, GELO, DESEMBAÇAMENTO, VENTILAÇÃO E VÁCUO	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
Descrever o sistema de proteção contra chuva, gelo, desembaçamento, ventilação e vácuo da aeronave assim como identificar os detalhes de funcionamento do mesmo.	<p>Sistema <i>Pitot-Static Heat, Standby Eletrical System</i>, performance em condições de gelo.</p> <p>Aquecimento de cabine, ventilação e desembaçamento, controle <i>Push-Pull, Vent Air Control Knobs</i>, painel de</p>

	<p>instrumentos de ventilação, saídas de ar.</p> <p>Instrumentos do sistema de vácuo, <i>Suction Gage</i>, sistema de advertência de <i>Vacuum Low</i>.</p>
6 - SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA FOGO, MISCELANEOS E AVIÔNICOS	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
<p>Descrever o sistema de proteção contra fogo, miscelâneos e aviônicos da aeronave assim como identificar os detalhes de funcionamento do mesmo.</p>	<p>Sistema de detecção de fogo no motor, <i>Chip Detectors</i>.</p> <p><i>Pitot-Static System</i> e instrumentos, generalidades, indicadores de velocidade, altímetro, indicador de razão de subida, indicador de atitude e direcional.</p> <p>Aviônicos King instalados, Nav/Com Tranceiver (KX155/165), DME (KN 63), Beacon Receiver (KMA24), RMI, Transponder (KT79), radar altímetro (KRA 405) e piloto automático.</p>
7 - SISTEMA DO TREM DE POUSO, FREIOS E CONTROLES DE VOO	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
<p>Descrever o sistema do trem de pouso, freios e controles de voo da aeronave assim como identificar os detalhes de funcionamento do mesmo.</p>	<p>Pneus e rodas, amortecedor, trem de pouso principal e auxiliar, <i>nose gear frangible stop</i>, limites para curva do trem de pouso auxiliar, <i>parking brake</i>, <i>brake fluid reservoir</i>, disco de freio.</p> <p><i>Wing spoilers</i>, sistema de trimagem, <i>aileron/elevator trim</i>, trava de controle, sistema de alarme de <i>stall</i>, <i>wing flap system</i>, seletor e indicador de posição de flap, <i>standby flap system controls</i>.</p>
8 – VISITA TÉCNICA À AERONAVE:	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	CONTEÚDO
<p>Reconhecer os sistemas, localizar os equipamentos e os instrumentos e manuseio da aeronave.</p>	<p>Apresentação da aeronave e suas características.</p> <p>Reconhecimento dos sistemas apresentados em sala de aula. Observação dos equipamentos e acessórios instalados.</p> <p>Verificação do nível do óleo, tensão da correia do alternador e estado geral do motor.</p> <p>Identificação dos aviônicos, sua localização e princípios</p>

	<p>de funcionamento. Apresentação do painel de fusíveis.</p> <p>Localização das tomadas estáticas, tubo de <i>Pitot</i>, pontos de drenagem, bocal de abastecimento.</p> <p>Demonstração de abertura e fechamento de portas, <i>cargo-pod</i> e tampa do motor.</p> <p>Instalação do Pau-de-carga, bloqueios e calços.</p> <p>Realização de um <i>check</i> pré-voos.</p>
--	---

3.2. No tocante as atribuições do professor, elas estão previstas no artigo 20 da IN nº 35/2010, que determina:

Art. 20. Compete aos professores no âmbito das disciplinas que se encontram designados:

I – elaborar questões de provas objetivas ou subjetivas, seus valores, respectivos gabaritos e critérios de correção, devendo ser entregues ao setor competente com a antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação à aplicação da verificação de aprendizagem, no sentido de permitir a competente avaliação técnico-pedagógica;

II – corrigir questões de provas subjetivas;

III – corrigir trabalhos individuais ou em grupo;

IV – aplicar e avaliar as provas de caráter técnico, prático e de conhecimento específico;

V – elaborar planos de aula;

VI – elaborar e preparar o material didático;

VII – estudar e pesquisar a respectiva disciplina;

VIII – apreciar, discutir e responder a eventuais recursos sobre questões de provas e avaliações; e

IX – reunir-se com outros professores e com o representante da ANP/DGP/DPF, visando à padronização e ao aperfeiçoamento do ensino.

§ 1º. O exercício das tarefas citadas nos incisos V, VI, VII e IX não implica a percepção de Gratificação, posto que constituem atribuições inerentes ao desempenho normal das atividades de docência.

§ 2º. O professor somente fará jus a percepção de gratificação a que se refere o inciso I do caput, pelas questões efetivamente utilizadas na prova.

LOCAL E PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação dos serviços educacionais deverá ser realizada no período de 01/03/2021 a 09/03/2021, nas instalações da CAOP/DIREX/PF.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O curso a ser desenvolvido seguirá as diretrizes estabelecidas no Plano de Disciplina (ANEXO I), elaborado pela Coordenação de Ensino – COEN, e compreenderá 12 (doze) módulos com a carga horária total de 38 horas-aula, sendo:

MÓDULO I – SISTEMA GRUPO MOTO-PROPULSOR E DA HÉLICE;

MÓDULO II – SISTEMA ESTRUTURAL, DE LUZES, ALARMES SONOROS E AVISOS LUMINOSOS;

MÓDULO III - SISTEMA ELÉTRICO;

MÓDULO IV - SISTEMA DE COMBUSTÍVEL;

MÓDULO V – SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA CHUVA, GELO, DESEMBAÇAMENTO, VENTILAÇÃO E VÁCUO;

MÓDULO VI – SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA FOGO, MISCELANEOS E AVIÔNICOS;

MÓDULO VII – SISTEMA DO TREM DE POUSO, FREIOS E CONTROLES DE VOO;

MÓDULO VIII – LIMITES DE OPERAÇÃO;

MÓDULO IX – PESO E BALANCEAMENTO;

MÓDULO X – PROCEDIMENTOS NORMAIS;

MÓDULO XI – PROCEDIMENTOS DE EMERGÊNCIA;

MÓDULO XII – VISITA TÉCNICA À AERONAVE.

Compete ao professor contratado ministrar as disciplinas listadas no item 3.1 deste termo de referência totalizando 24 (vinte e quatro) horas aula.

DA REMUNERAÇÃO E DA ESTIMATIVA DE CUSTO

Em relação à remuneração a ser paga ao contratado, esta baseia-se no que determina o artigo 9º, da Instrução Normativa nº 035/2010-DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 149, de 05 de agosto de 2010, que dispõe:

Atualmente, conforme determina a Tabela de Percentuais da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a ser pago pela Academia Nacional de Polícia, anexa a mesma Instrução Normativa, em cumprimento ao disposto no art. 76-a da lei 8.112/90 c/ os parâmetros regulamentares fixados pelo decreto nº 6.114/07, a hora-aula de Professor em atividade de treinamento remunerada em R\$ 150,70 (cento e cinquenta reais e setenta centavos).

Assim, tendo em vista que para o Curso Teórico de Adaptação Aeronave Cessna Caravan (C208B) os professores contratados, ministrarão o total de 24 (vinte e quatro) h/a, estimando o total de R\$ 3.616,80 (três mil seiscentos e dezesseis reais e oitenta centavos).

DA SELEÇÃO DE PROFESSORES

Conforme anexo XI do Manual do Professor da ANP, a seleção de professores é responsabilidade da Direção da ANP, juntamente com a Direção-Geral da PF. A seleção de professores e a organização das disciplinas são realizadas na ANP pela COENE pela CESP. Alguns critérios observados:

1. Afinidade com a docência (interesse, motivação e vontade de ser professor).
2. Aprovação nos cursos de formação de professor (EaD, presencial e/ou domínio técnico).
3. Experiência como professor da ANP
4. Avaliação da ANP do trabalho do professor
5. Avaliação das chefias imediatas (da ANP)
6. Avaliação do professor titular sobre o trabalho individual (segundo critérios da DIDH) ou desempenho como professor titular (avaliado pela DIDH)
7. Avaliação dos alunos
8. Capacidade de trabalho em equipe e de relacionamento interpessoal
9. Compromisso e comprometimento com a ANP, PF e com a docência
10. Consultas à Corregedoria Geral da PF (Coger)
11. *Curriculum vitae (lates)*.
12. Domínio de conteúdo
13. Domínio didático-pedagógico
14. Domínio da língua portuguesa culta nas formas escrita e falada
15. Experiência como professor em outras instituições
16. Experiência profissional na área
17. Experiência profissional (competência laboral)
18. Postura ético-profissional.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O contratado deverá apresentar documentação de habilitação para prestação de serviços educacionais: Curriculum (preferencialmente plataforma *lattes*), cópia de comprovação da maior titulação acadêmica, Certidão Negativa de Débito Fiscal. (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III) e Certidão Negativa de Débito Trabalhista. (Lei n.º 8.666/93, art. 29, III).

O Supervisor do Curso deverá preencher a Ficha Cadatral do Docente no sistema EDUCA.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Responsabilizar-se integralmente pela prestação de serviço, observando a legislação vigente e os normativos do DPF, em especial a Instrução Normativa 35/2010 – DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, Instrução Normativa 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, o Manual do Professor da ANP (2012).

Executar os serviços no local indicado, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico;

Prestar o serviço dentro do prazo estabelecido neste Projeto Básico;

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, atendendo de imediato as reclamações;

Manter, durante o período de execução contratual, todas as condições que ensejaram sua habilitação e qualificação.

DAS OBRIGAÇÕES DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

Notificar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

Fornecer por escrito as informações necessárias para a prestação do serviço fornecendo todas as facilidades para seu efetivo cumprimento;

Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviço, a ser indicado pelo setor demandante, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

Não permitir a execução contratual em desacordo com o preestabelecido;

Efetuar controle da execução contratual;

Notificar o contratado quanto ao pagamento do serviço prestado, após anuência do fiscal, cujo pagamento será realizado mediante o depósito de ordem bancária;

DAS PENALIDADES

O descumprimento das obrigações presentes neste instrumento implicará nas sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/90:

Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Projeto Básico ou no Termo de Compromisso, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

Multa: Indenizatória, de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total.

Impedimento de contratar com a Academia Nacional de Polícia Federal pelo prazo de até dois anos;

A recusa injustificada da Adjudicatária assinar o Termo de Compromisso, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta seleção:

tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Brasília-DF, 13 de janeiro de 2021.

ISABELA BARBOSA DE ARAÚJO OURIQUES
Agente de Polícia Federal
Matrícula: 20.565

Aprovo o presente Projeto Básico.

GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOÃO
Delegado de Polícia Federal
Coordenador de Aviação Operacional Substituto

Autorizo a ABERTURA de Processo Administrativo para contratação, conforme art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93.

UMBERTO RAMOS RODRIGUES
Delegado de Polícia Federal
Diretor da ANP/DGP/PF



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA BARBOSA DE ARAUJO OURIQUES, Agente de Polícia Federal**, em 19/01/2021, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOAO, Coordenador - Substituto (a)**, em 19/01/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17349851** e o código CRC **6455EFA8**.

Referência: Processo nº 08211.000172/2021-42

SEI nº 17349851



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE OPERAÇÕES AÉREAS - SOAR/CAOP/DIREX/PF

Informação nº 17350094/2021-SOAR/CAOP/DIREX/PF

JUSTIFICATIVA PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Descrição detalhada da qualificação técnica e notório conhecimento

Considerando o disposto no art. 32 da IN 35/2010-DG/DPF, de 04 de agosto de 2010, publicada em 09 de setembro de 2010, no boletim de serviço 173/DPF, in verbis:

*Art. 32. O Recrutamento e a Mobilização de Servidores ao exercício de atividades de ensino na Academia Nacional de Polícia é medida prioritária e de estratégico interesse do DPF, sendo que em razão da especificidade das ações de ensino tais solicitações **deverão ser nominais, em documento que apresente os motivos que ensejaram a escolha do servidor.***

Considerando tratar, o presente processo, de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI da Lei de Licitações e Contratos, que ampara a contratação direta por inexigibilidade de licitações, nas hipóteses de contratação para treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal;

Considerando que os profissionais técnicos especializados em ações de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, Senhores LUIS HENRIQUE SILVA COSTA(17351872) e JAQSON OLIVEIRA (17351726), possuem vasta experiência na área de manutenção de aeronaves, por terem atuado como mecânicos em empresas de grande porte.

Considerando ainda, que os profissionais participaram de diversos cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional, possuindo certificados relevantes, dentre os quais o curso de formação de instrutores e curso de manutenção da aeronave Caravan pelas empresas TAM e Flight Safety, conforme destacado em seus *curriculum vitae* (17351373) e (17351793).

Considerando a qualidade perseguida na formação, aperfeiçoamento e capacitação dos Servidores Policiais, as particularidades dos cursos de capacitação na área de aviação e a natureza singular da área (17355907) e (17355918) — que exige experiência na área de atuação, formação e experiência na atuação em cursos de formação profissional, conhecimento das diretrizes e necessidades da aviação da PF e da ANP, conhecimento técnico e pedagógico.

Considerando as profundas e rápidas transformações que nosso mundo vem sofrendo, com a sociedade cobrando cada vez mais da Administração Pública respostas precisas para suas demandas, e que neste contexto as entidades da Administração tomaram consciência da necessidade imperativa de investir em recursos humanos, formando profissionais capacitados e atualizados para o desempenho de suas funções.

Considerando que esta preocupação com a formação do profissional torna-se ainda mais relevante quando se trata de servidores especializados e/ou com potencial para atuar em situações críticas, sendo que desses servidores espera-se, dentre outras capacidades, que sejam capazes de tomar atitudes e decisões corretas e coerentes o gerenciamento e negociação em crises.

Considerando que os profissionais aqui descritos, atualmente prestam serviços de manutenção nas aeronaves Caravan da Polícia Federal e ainda, já ministraram curso teórico da aeronave Caravan na CAOP/DIREX/DPF em 2019 (SEI 17375592 e 17375601).

Considerando as certidões dos profissionais acima expedidas pelos órgãos competentes não constar nada que desabone suas condutas (17351672; 17351813; 17364904; 17364921) ;

JUSTIFICA-SE a contratação dos profissionais, LUIS HENRIQUE SILVA COSTA e JAQSON OLIVEIRA, para atuarem como Professores na disciplina TEORIA DOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DA AERONAVE CARAVAN (TSPC) , do Curso Teórico de Adaptação Aeronave Cessna Caravan (C208B), sobre os seguintes temas: disciplinas (Sistema Grupo Moto-Propulsor e da Hélice, Sistema Estrutural de Luzes, Alarmes Sonoros e Avisos Luminosos, Sistema Elétrico, Sistema de Combustível, Sistema de Proteção Contra Chuva, Gelo, Desembaçamento, Ventilação e Vácuo, Sistema de Proteção Contra Fogo, Miscelaneos e Aviônicos, Sistema do Trem de Pouso, Freios e Controles de Voo e Visita Técnica à Aeronave instituído pela Academia Nacional de Polícia, conforme especificações contidas neste Projeto Básico) com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI da Lei 8666/93.

Isabela Barbosa de Araújo Ouriques

Agente de Polícia Federal

Matrícula 20.565



Documento assinado eletronicamente por **ISABELA BARBOSA DE ARAUJO OURIQUES, Agente de Polícia Federal**, em 18/01/2021, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17350094** e o código CRC **0D86472D**.



Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

Encerrar Inexigibilidade

10/02/2021 11:15:51

Pedido de Cotação



A Inexigibilidade de Licitação foi encerrada.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão

30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

UASG de Atuação

200340 - ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA - DF

Modalidade de Compra

Inexigibilidade de Licitação

Nº da Compra

00009/2021

Lei

Lei nº 8.666

Artigo

Art. 25º

Inciso

II

Percentual de enquadramento da instituição

10 %

Objeto

Contratação de profissionais técnicos especializados para atuarem como professores da disciplina Teoria dos Sistemas e Procedimentos da Aeronave Caravan (TSPC), no III Curso Teórico de Adaptação Inicial à Aeronave Cessna Caravan (C208) instituído pela Academia Nacional de Polícia.

Quantidade de Itens

2

Valor Total da Compra (R\$)

3.604,08

Data da Declaração

09/02/2021

Encerrar Compra

Inexigibilidade